# **UMA RAINHA AFRICANA ATRAVÉS DO ATLÂNTICO SUL:** resistência, ancestralidade e identidade no Maranhão por meio de "Nã Agotimé"

Andressa Cristina de Souza Nunes[1]
Marize Helena de Campos (Orientadora)[2]

**RESUMO**

Este estudo trata sobre a rainha africana Nã Agotimé, assim como as causas que originaram seu envio na condição de escrava, do reino do Daomé para o Brasil entre os séculos XVIII e XIX. Objetiva evidenciar as transformações ocorridas nas sociedades africanas, principalmente por meio do tráfico escravo sobre o Oceano Atlântico, contexto no qual se estabeleceu o envio da rainha ao Brasil, bem como as práticas sagradas de matriz africana relacionadas à Agotimé, acerca do seu conhecimento e transmissão de saberes ancestrais sobre as cosmogonias africanas, sobressaindo as perspectivas da mulher, "mãe" e rainha. Para tanto, apresenta-se uma pesquisa de caráter bibliográfico, a fim de verificar as permanências e influências geradas a partir da presença da rainha africana em São Luís.

**Palavras-chave**: Na Agotime; Ancestralidade; Maranhão.

**ABSTRACT**

This study deals with the African queen Nã Agotime, as well as the causes that led to her being sent as a slave, from the kingdom of Dahomey to Brazil between the 18th and 19th centuries. It aims to highlight the transformations that have taken place in African societies, mainly through the slave trade over the Atlantic Ocean, a context in which the sending of the queen to Brazil was established, as well as the sacred practices of African matrix related to Agotime, about its knowledge and transmission of ancestral knowledge about African cosmogonies, highlighting the perspectives of the woman, "mother" and queen. Therefore, a bibliographical research is presented, in order to verify the permanencies and influences generated from the presence of the African queen in São Luís.

**Keywords**: Na Agotime. Ancestry. Maranhão

[1] Graduada em Turismo – UFMA. Graduanda no Curso de Licenciatura em História – UFMA. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC – PGCult/UFMA). Membro do Grupo de Pesquisa O Mundo Atlântico e as suas Diásporas (GMAD/UFMA). E-mail: andressa.nunes@discente.ufma.br

[2] Doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLHC)/Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História. E-mail: marize.campos@ufma.br

## 1 INTRODUÇÃO

O Oceano Atlântico, uma porção de água tão imprevisível quanto as relações construídas em sua imensidão. Afinal, o mar torna-se caminho, comércio e destino de muitos; o divisor de terras, a cobiça do ‘conquistador’, o sonho de uma vida melhor e o pesadelo do cativo. Isto é, um ambiente propício para submeter novos territórios e expandir riquezas pelo signo da “conquista”, formatando assim, empreendimentos coloniais baseados na exploração do outro e da terra, a fim de obter bens e gerar lucro às elites dominantes.

Por esse motivo, compreender a dinâmica social e organização dos povos africanos, permite entender a inserção das nações africanas ao mundo atlântico, lugar onde construiu-se o cotidiano das américas, determinando o destino de várias pessoas. Sendo de interesse neste estudo, a escravização da rainha ‘Nã Agotimé’, do Reino do Daomé, no Continente Africano para as Américas entre os séculos XVIII e XIX; analise, motivada pelas discussões da disciplina América Portuguesa, do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Maranhão.

Portanto, o objetivo deste trabalho é conhecer Nã Agotimé, com enfoque nas crenças ao sagrado do Daomé, observando seu papel enquanto uma mulher da sociedade africana no Brasil. Com isso, intenta-se analisar e problematizar as permanências geradas a partir da presença da rainha africana, em especial, as relativas às cosmogonias africanas, dado sua representação e liderança feminina de um reino, assim como, conhecedora de princípios sagrados.

Para tanto, a pesquisa inicia pela compreensão acerca da organização das sociedades africanas, na intenção de conhecer os fatos anteriores à travessia da rainha, em direção ao novo mundo capaz de subtrair de homens, mulheres e crianças, a liberdade. Em seguida, busca-se fazer uma breve descrição sobre Agotimé: a rainha de uma nação e a mãe de saberes ancestrais; com a finalidade de abordar as crenças africanas ao sagrado, nas quais se baseiam o legado da rainha em São Luís, sobre a fundação da Casa das Minas.

## 2 DA DISPUTA DO REINO, UM DESTINO SELADO: OS CAMINHOS DE AGOTIMÉ

A África não é um país, uma afirmativa de domínio público para chamar atenção sobre um continente, no qual as instituições tradicionais africanas foram criadas e desenvolvidas através de conhecimentos transmitidos entre as gerações. “Embora a maior parte da geografia interior da África fosse desconhecida dos europeus até o século XIX, as suas linhas costeiras foram cuidadosamente mapeadas há 300 anos por exploradores, comerciantes, traficantes de escravos e piratas europeus”[3], atuando sobre estas instituições tradicionais progressivamente.

Ainda assim, um dos valores dessas sociedades firmava-se pelo caráter coletivo enraizado na dinâmica social, o pertencimento a uma identidade étnica, por exemplo, constituía a organização dos reinos, estabelecendo configurações políticas e práticas a serem seguidas. Por sua vez, “a palavra “reino”, corresponde aqui a um território habitado exclusivamente por homens e mulheres pertencentes a uma mesma etnia. A homogeneidade étnica, linguística e cultural é essencial”[4], uma concepção que pode variar entre nações, dada a diversidade étnica e composição das estruturas familiares e relações de trabalho.

Com efeito, as disputas territoriais ou familiares também integravam a rotina das sociedades africanas, tanto para ampliar o domínio de um grupo étnico, quanto para originar novos reinos por alguma insatisfação com os governantes ou pela necessidade. Contexto no qual se estabeleceu o reino do Daomé.

> Formado no século XVII, quase todas as tradições remetem a sua fundação a uma disputa no seio da família real de Allada, que fez com que um dos grupos se dirigisse ao norte, submetendo as populações locais. Esse grupo teria fundado o reino do Daomé e estabelecido Abomey como sua capital. Seja como for, por volta de 1625, o reino do Daomé já tinha surgido e representava, desde seu início, um novo tipo de Estado, muito diferente dos seus vizinhos Allada, Uidá e Porto Novo (BEVILACQUA, p. 02, 2012).

Com isso, a consolidação do Daomé como Estado centralizado e forte, situa-se no seio de disputas entre diferentes nações africanas, na qual a migração das comunidades ocorria quase como um princípio tradicional. Mesmo assim, o reino do

[3] KHAPOYA, p. 23, 2016.
[4] OBENGA, T. p. 73, 2010.

Daomé tornou-se no século XVIII uma potência na África ao estabelecer ordem diante do esvaziamento político dos povos aja, egun (gun), os fon, os arada, entre outros, fragmentados pelo tráfico negreiro, anexando-os aos seus domínios (ALAGOA, E. J., 2010). Uma configuração territorial intermediada pelo Oyo (atual Nigéria), reino influente na época ao conservar princípios antigos, uma vez que, a prática expansionista era contrária à organização política dos reinos na concepção tradicional, onde o Estado funcionava como uma extensão da família.

Desse modo, o reino do Daomé mostrou-se forte militarmente, configurando suas fronteiras ao mesmo tempo em que expandia seu território. Contudo, tal virtude não evitou a inserção do reino ao tráfico de escravos, valendo-se deste para receber "armas de fogo como pagamento, objetos estes indispensáveis não apenas na continuidade de sua expansão territorial, mas também na sua defesa"[5]. "No início do século XVIII, o Daomé havia se tornado uma potência central da região. Entre 1724 e 1727, seu chefe Agaja, empreendeu a conquista dos pequenos Estados mais antigos que cercavam Abomé"[6].

Neste período, segundo apontamento de Pierre Verger, doze reis governaram sobre Abomé até o século XIX, constando aqui a partir do governo de Agonglo (1789-1797), e seus filhos Adandozan (1797-1818) e Guezo (1818-1858), pelo recorte temporal em que se desenvolve a história de Agotimé, uma das esposas de Agonglo e mãe do príncipe Guezo.

> Adandozan era, entre os filhos primogênitos de Agonglo, quem reunia todas as condições de nascença necessárias para tornar-se rei. Mas, seu caráter sanguinário fazia temer sua chegada ao trono. [...] Em desespero de causa, Agonglo perguntou ao Destino, 'Fa', se um outro de seus filhos não dirigiria melhor os negócios do Daomé. 'Fa' designou Guezo! Infelizmente, Guezo tinha pouca idade. Apesar disso, Agonglo teve fé no oráculo. Resolveu apresentar Guezo como seu sucessor e confiá-lo, como também o Daomé, a Adandozan, persuadido de que os ancestrais protegeriam o país e o reino (LE HÉRISSÉ, 1911 *APUD* VERGER, P. 152, 1990).

Portanto, segundo os apontamentos de Verger, quando chegasse o tempo caberia a Adandozan chefiar o reino até que o escolhido pelo oráculo pudesse ascender ao trono. No entanto, isto não se confirmou com a morte prematura do rei

[5] BEVILACQUA, 2012
[6] ALAGOA, E. J. p. 522, 2010.

Agonglo, e seu primogênito tornou-se rei do Daomé por 22 anos, e talvez, na tentativa de impedir a posse de Guezo, afastou-o da família, entregando sua mãe Agotimé e parte dos parentes como escravos aos mercadores; tirando de Guezo um suporte familiar, consolidando sua fama de injusto e desleal.

## 3 "RAINHA-MÃE", MULHER DE AXÉ, AGOTIMÉ DO DAOMÉ!

"A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos"[7]. Dessa forma, ao falar sobre Agotimé, comunica-se sobre uma vida atravessada pela escravidão, uma mulher arrancada de sua terra, afastada das tradições ancestrais e da família, desembarcada no novo mundo voraz.

> A colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de produção de escravos centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil no século XVIII. [...] duas partes unidas pelo oceano se completam num só sistema de exploração colonial [...] (ALENCASTRO, 2000).

"Sabemos, pois, que membros da família do rei Agonglo, foram vendidos após sua morte, como escravos e transportados para um ponto desconhecido das duas américas"[8]. Por consequência, Nã Agotimé atravessa o Atlântico Sul, destituída das marcas de sua identidade africana pelo colonizador. Nesta identificação, "Na, Nã, Naye, Naie, Nae correspondem a título honorífico que precede o nome pessoal da Kpojito. Kpojito, [...] era um posto oficial no antigo Daomé, um cargo que existiu a partir de certo momento da história do reino, até sua extinção no começo do século XX"[9], utilizado em referência à mulher (esposa) ao lado do rei.

Assim, a rainha pela tradição social também estava associada à reprodução para continuidade da linhagem dos ancestrais, do mesmo modo, "ter filhos é uma

[7] DEL PRIORE, 2004.
[8] VERGER, 1990, p.153
[9] CAVALCANTI, 2019, p. 402

importante contribuição que se espera que cada indivíduo dê à sua comunidade”[10]. Portanto, a mãe de um rei, cuja responsabilidade era cuidar do filho, também deveria ensinar-lhe sobre o mundo, a fim de garantir que os saberes, segredos e crenças compartilhadas pela nação fossem de conhecimento dos filhos, gerando pertencimento e identificação com os princípios da nação ao qual está inserido.

> O relato acerca da kpojito Agontimé - que interessa a Verger – emerge já no primeiro capítulo, em que Hazoumé define a etimologia da palavra Kpojito [kpo (o leopardo) + dji (dar à luz, parir) + to (a pessoa, ou pai, que pariu o leopardo]: “Era o tratamento consagrado às mães dos reis pois supunha-se que o rei era um leopardo, descendente de Agassou, o ancestral da família real. Agontimé era o nome da mãe de Ghézo” (Hazoumé, 1937: 6, nota 1 *apud* CAVALCANTI, 2019, p. 396).

Diante disso, Na Agotime foi rainha do reino de Abomé durante o reinado de Agonglo, “detentora de muitos conhecimentos, o novo rei [Adandozan] tratou de mantê-la isolada, acusando-a de feitiçaria e a vendeu como escrava. O primeiro destino de Agotime foi Itaparica, na Bahia”[11]. Uma história formada como um quebra-cabeça, desvendada ao longo do século XX, descortinando um passado a partir do legado da rainha, contado sobre diferentes versões, como o Samba Enredo da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, no ano de 2001:

> Maria Mineira Naê, Agotime no clã de Daomé; E na luz dos seus Voduns, existia um ritual de fé; Mas, isolada do reino um dia, escravizada por feitiçaria; Diz seu Vodum que do seu culto Um novo mundo renasceria; Vai seguindo seu destino (de lá pra cá) sob as ondas do mar [...]

Desse modo, estar isolada do reino não significava apenas um distanciamento físico, mas a renúncia imposta pelo colonizador aos valores africanos, uma nova identidade para suprimir o “ser”, as crenças, e o nome. Neste sentido, se compararmos a uma árvore, cuja vitalidade se firma junto às suas raízes, quando arrancada da terra torna-se frágil, e mesmo posta em outro ambiente jamais será a mesma, pois resta-lhe adaptar-se para sobreviver até que se cumpra o seu destino - afinal, a árvore é a mesma, mas o ambiente é desconhecido.

[10] KHAPOYA, 2016, p. 48
[11] DURANS; DURANS, 2015, p. 40

Por esse motivo, emergiu sobre a rainha a imagem da mãe e da mulher que representa fundamentos religiosos do Daomé; uma *Ayabá*, palavra iorubá que designa Rainha-Mãe, que detém o espírito guerreiro, tendo em si a liderança feminina africana, a maternidade, e conhecimentos do mundo e da cosmogonia africana. No sentido religioso, assume a missão de ser mãe de um grupo (mãe-de-santo), referência acerca de conhecimentos aplicados ao trato espiritual, adquiridos e aprendidos ao longo da vida, a mesma "feitiçaria" utilizada como justificativa para sua condenação à escravidão.

> As mulheres negras foram o principal alicerce de resistência da cultura africana no Brasil, principalmente pela religião. Nesse sentido, os cargos religiosos principais, ocupados pelas mulheres, resultam das experiências africanas centradas nas atribuições místicas do poder feminino - vitalidade e fecundidade - e também na divisão social do trabalho baseada no matriarcado (DURANS, 2015, p. 35).

À vista disso, a mãe de tantos, líder religiosa, ocupa função central para firmação dos valores e tradições religiosas de matriz africana, orienta seus filhos e estabelece o vínculo com os ancestrais, bem como as obrigações - rituais sagrados, para agradecimentos e pedidos - em honra às divindades protetoras do corpo e do espírito, garantindo a "mães" e "filhos" o fortalecimento da sua espiritualidade.

Consequentemente, a Rainha-Mãe, a partir dos filhos, constitui outra família unida sobre laços sagrados, igualmente reconhecida pela dedicação, disponibilidade e sacrifícios, em virtude do compromisso assumido com o sagrado e sua comunidade, uma pessoa de grande sabedoria e Fé incondicional nos ancestrais.

Portanto, Agotimé pode ser vista sob a concepção da "Sacerdotisa" ou "Yalorixá", a mulher na qual são confiados sentimentos, medos e aspirações, no anseio de encontrar respostas capazes de afastar dúvidas, em direção a decisão considerada sábia; ou seja, uma mentora para a complexa missão de viver em sociedade, da experiência afro-religiosa, da resistência e manutenção das marcas da identidade africana diante da escravidão.

**3.1 Os saberes ancestrais nas crenças ao sagrado:** oralidade, identidade e a representação no Maranhão por meio da Casa das Minas

Em geral, as sociedades africanas baseiam-se no diálogo, na palavra, na oralidade para transmissão dos saberes tradicionais entre os grupos pertencentes a uma nação. A fala representa poder e força, portanto, ao ser proferida exterioriza magia interna de quem fala, mostrando-se na qualidade de dever ancestral, usada com responsabilidade e confiança, aproximando humanos e divindades, além de estabelecer as relações entre os indivíduos.

Com referência às cosmogonias africanas, vida, morte e natureza, unem-se para fornecer explicações sobre a espiritualidade, tendo na figura do ancestral um guia durante o cotidiano das comunidades. Daí, a ancestralidade conecta o ser humano a forças superiores, envolvendo o conhecimento passado entre as gerações, um processo capaz de associar a vida terrena e espiritual, portanto, a oralidade é um saber que confere poder e conhecimento sobre o mundo material e imaterial.

Em razão disso, a confiança no destino pelos ancestrais determinava os cursos da vida em sociedade, a exemplo das decisões tomadas pelo rei Agonglo para sua sucessão ao trono, evidenciando por meio da adivinhação (‘fá’, ‘ifá’) o uso do oráculo para comunicar-se com o poder divino, em busca de orientação para realizar as escolhas sábias e necessárias para a prosperidade do reino e qualidade de vida dos daomeanos.

Assim, “no antigo Daomé, religião, poder e parentesco associavam-se intimamente”[12], o poder real também era divinizado, os reis e familiares eram considerados próximos dos deuses, senão, a própria representação da força ancestral; “possuíam diversos títulos como Dada (pai de toda a comunidade), Dokounnon (detentor e distribuidor de riquezas), Sèmèdo (mestre do mundo), Aïnon (mestre da Terra), Jèhossou (mestre das pérolas), entre outros”[13]. Construindo o panteão sagrado em que se baseavam as crenças do reino, em especial, a formação de famílias de divindades com personalidades e qualidades associadas à natureza, existência e emoções humanas.

[12] CAVALCANTI, p. 400, 2019.
[13] BEVILACQUA, 2012, p. 03.

Logo, nas práticas sagradas às divindades, os *voduns* também aparecem relacionados à cosmogonia daomeana, são divindades frequentemente relacionadas à realeza de Abomé. Podem ser entendidos como os ancestrais divinizados, dotados de sabedoria, conhecimento e energia, além de demonstrar compreender o mundo sob diferentes aspectos da vida do ser humano. Isto é, "os voduns tomam conta das coisas da natureza - das águas, dos ventos, das plantas, das doenças"[14], possuem significados que os individualizam e pluralizam.

"A palavra Vodun parece derivar da expressão "descansar para tirar água". Em fon, *vo* significando "descansar", e *dun*, "tirar água". Assim, o seu sentido mais profundo seria o de que é preciso permanecer calmo, independente das dificuldades"[15]. Resistir para existir, um retrato da experiência de Agotimé nas terras do Brasil, um processo de ressignificação dos símbolos e espaços para construção e continuidade das comunidades africanas, ou seja, é preciso confiar nos ancestrais para encontrar um porto seguro.

Neste caso, partindo dos rastros dos *voduns*, ou melhor, da sua identificação em rituais sagrados no Brasil afirma-se nos estudos sobre a rainha africana e os parentes de Guezo que estes "teriam chegado ao Maranhão, o único lugar das Américas onde divindades ancestrais da família real de Abomé são cultuadas"[16]. Informação, reforçada nas pesquisas de Pierre Verger, classificado por ele como "curioso episódio histórico", pois após conhecer a Casa das Minas e por Mãe Andresa (mãe-de-santo) saber os nomes dos voduns cultuados, durante uma viagem a Abomé (atual Benin) constatou através de um sacerdote de Abomé, que as divindades eram membros da família real do Daomé.

Fato esclarecedor para Verger, que afirmou,

> O fato de eu ter encontrado estes nomes aqui no Brasil significou para eles [sacerdotes de Abomé] a prova de que existiam, no Novo Mundo, descendentes de membros da família real, mandados para fora do Daomé no tempo do tráfico de escravos. Foi uma senha para Mivede, o sacerdote de Zomadonu, dedicado ao mesmo *vodun* que Mãe Anderesa da Casa das Minas (VERGER, 1990, p. 152).

[14] FERRETTI, 1996, p. 93
[15] BEVILACQUA, 2012, p. 04.
[16] CAVALCANTI, 2019, p. 397.

Por outro lado, complementando estas evidências têm-se a fundação da Casa das Minas, bem como as pesquisas do professor Sérgio Ferretti, baseadas nas memórias das vodunsi (quem recebe o *vodun*) da casa, que reconstruíram eventos passados acerca das "primeiras mães", de quem surge o nome de Maria Jesuína, uma africana que teria trago consigo a crença ancestral dos *voduns*, uma sacerdotisa, e por isso, detentora dos conhecimentos necessários para fundar um espaço sagrado à semelhança da sua terra de origem, dando prosseguimento as práticas sagradas daomeanas.

Com isso, "pode-se supor que Maria Jesuína era a mesma Nã Agotimé que teria nascido na década de 1770, tendo menos de oitenta anos de idade em 1847, ano da aquisição do prédio atual"[17] da Casa das Minas, no entanto, mesmo que não tenha sido a fundadora é atribuída a ela a iniciação da "filha-de-santo" que fundou a Casa, estando Agotimé, intimamente ligada à sua história e aos segredos.

Tal referência histórica da Casa, conferiu-lhe o Tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, um reconhecimento atribuído a bens de natureza material pelo valor histórico, cultural, e neste caso, representativo das comunidades tradicionais de terreiro (espaço afro-religioso), além de ser uma proteção legal ao terreiro como um bem público e espaço de memória. Conforme, trecho do parecer técnico:

> Ressalto ainda que a Casa da Minas, por se tratar de um importante foco de resistência da cultura negra no Brasil, não só tem relevância para o Estado do Maranhão, como também , para o país como um todo. Sendo assim sugiro que o Terreiro Casa das Minas seja tombado uma vez que seus valores históricos, étnicos e culturais ratificam o caráter multicultural da sociedade brasileira (MARTINS *apud* ANDRÉS, 2002, p. 04).

Sendo assim, a Casa das Minas é vista como um lugar único, o terreiro não originou outras casas de acordo com suas tradições, mas "a Casa das Minas Jeje exerceu e exerce grande influência até hoje, pelo prestígio de suas *vodunsis* ou filhas-de-santo, e pela contribuição no modelo de organização da religião dos voduns"[18],

[17] FERRETTI, 1996, p. 59
[18] FERRETTI, 2006, p. 02

fazendo-se conhecida como o mais antigo terreiro de Tambor de Mina em São Luís, designando também a religião como Tambor de Mina, dedicada ao culto dos *voduns.*

Por isso, destaca-se a trajetória de Agontimé entre 'dois mundos', a rainha-mãe africana e "mãe de santo em São Luís", como afirmou Pierre Verger; um ritual de fé através do Atlântico, tornando-a conhecida distante do Continente Africano, mesmo sob as marcas da escravidão. Em contrapartida, "os voduns ancestrais da realeza daomena, entretanto, não dançam mais no Maranhão; permanecem, porém, cultuados no Benim, na outra margem do Atlântico, de onde vieram outrora"[19].

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar "Nã Agotimé" faz pensar o quanto as mulheres são vítimas imediatas em disputas territoriais e de poder, suas trajetórias recebem *status* secundário, quase determinando uma diferença entre as condições impostas sobre homens e mulheres; suas conquistas, lutas, ou legado, demandam esforços para emergir ao conhecimento público, fazendo-se necessário dar visibilidade às suas histórias, a fim de não caírem no esquecimento. Primeiramente um nome, uma origem, um percurso de vida, que facilmente confunde-se com várias "Agotime's", esquecidas e alienadas de si através do Atlântico e da escravidão.

Sob outra perspectiva, conhecer a composição das sociedades africanas mostra-se uma tarefa trabalhosa e desafiadora, visto que, a organização territorial, social, política, religiosa e econômica das nações e reinos, possuem um contexto histórico denso, devendo ser analisado cada sociedade africana em sua particularidade, para não cair em discursos generalistas ou rotuladores. Um suporte que poderia ser melhor trabalhado na educação das escolas, oportunizando melhor compreensão da nossa história.

Por outro lado, conhecer a história de Nã Agotimé, através das cosmogonias africanas, mostra além da riqueza e complexidade das crenças ao sagrado da matriz africana, uma oportunidade de revelar o destino e legado da rainha africana no Brasil,

[19] CAVALCANTI, 2019, p. 404

afinal os caminhos de Agotime são identificados por meio das divindades ancestrais, saberes de uma sacerdotisa na reconstrução dos símbolos da sua fé no novo mundo, permitindo reconhecer a proximidade entre o Daomé e a cidade de São Luís.

No campo do sagrado, mesmo diante da obrigação do batismo e seguir a religião do senhor de escravos, os africanos traficados de diferentes reinos, mantiveram-se fiéis às suas crenças, uma resposta à condição imposta, pois embora tivessem seus corpos aprisionados, a crença nos ancestrais e divindades sagradas é parte essencial de “ser”.

Desse modo, Agotime - involuntariamente dá passagem (‘talvez’) a Maria Jesuína, representa a fé do “senhor”, e renasce no novo mundo, visto que o oceano não lhe findou a vida, pois os *voduns* silenciados pelos algozes permaneceram consigo, porque a herança ancestral também é sinônimo de vida.

Por isto, deve-se ressaltar o protagonismo feminino africano na transmissão e continuidade dos saberes ancestrais, a mãe, que gera a vida, assim como constitui família, seja pela união sanguínea ou pelos laços de solidariedade e afeto nos espaços sagrados. Uma mulher de reconhecida força, mas que também se sacrifica pela responsabilidade e compromisso assumido com os ancestrais e a própria missão de vida.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Prefácio**. In: O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Companhia das Letras. São Paulo, 2000. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/26368108/alencastro-luiz-felipe-de-o-trato-dos-viventes. Acesso em: 31 Dez. 2020

ANDRÈS, Luiz Phelipe. **Parecer do membro do Conselho Consultivo do IPHAN, Luiz Phelipe Andrès sobre o processo número 1464-T-00 de Tombamento da Casa das Minas.** In: Boletim 24, Dezembro/2002. Comissão Maranhense de Folclore. Disponível em: http://www.cmfolclore.ufma.br/

ASIWAJU, A. I. . **Daomé, país iorubá, Borgu (Borgou) e Benim no século XIX.** In: História Geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880. UNESCO, 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190254 Acesso: 28 Dez 2020

BEVILACQUA, Juliana Ribeiro da Silva. **Algumas considerações sobre a História do Benin.** São Paulo: Museu Afro Brasil, 2012. Disponível em: https://cutt.ly/mjwIOWX. Acesso em: 30 Nov. 2020

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **A CASA DAS MINAS DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO E A SAGA DE NÃ AGONTIMÉ.** Sociol. Antropol. vol.9 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2019 Epub Aug 19, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752019v923. Acesso em: 15 Dez. 2020

DURANS, Cláudia; DURANS, Nicinha. **O papel das mulheres negras nas lutas contra a escravidão.** In: Revista Raça & Classe, Teoria e Política Revolucionária. Nº 3, 2015.

DURANS, Claudicea. **Mulher negra: trajetória de opressão e resistência.** In: Revista Raça & Classe, Teoria e Política Revolucionária. Nº 3, 2015.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **A TERRA DOS VODUNS.** São Luís, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufma.br/jspui/bitstream/1/300/1/A%2520TERRA%2520DOS%2520VODUNS.pdf. Acesso em: 01 Jan. 2021

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Querebentã de Zomadônu:** etnografia da Casa das Minas do Maranhão. 2ª edição. EDUFMA, São Luís, 1996.

GRES Beija-Flor de Nilópolis. **A saga de Agotime, Maria mineira naê.** 2001. Samba Enredo Beija-Flor de Nilópolis. Disponível em: https://www.beija-flor.com.br/galerias. Acesso em: 14 nov. 2020.

IPHAN. Terreiros Tombados. **Preservação de bens afrodescendentes.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1312. Acesso em: 03 Jan. 2021

KHAPOYA, Vincent B. **As instituições tradicionais africanas (Cap. 2).** In: A Experiência Africana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

OBENGA, T. **Fontes e técnicas específicas da história da África - Panorama Geral.** In: História Geral da África, I: metodologia e pré-história da África. UNESCO, 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249 . Acesso: 28 Dez 2020

PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004

VERGER, Pierre. **Uma rainha africana mãe de santo em São Luís.** 1990. Revista USP. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35735/38451. Acesso em: 03 nov. 2020.